



VERBOS DICENDI E MODALIZAÇÃO NO CONTEXTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

DICENDI VERBS AND MODALIZATION IN THE CONTEXT OF HEALTH SURVEILLANCE: A DISCOURSE ANALYSIS

VERBOS DICENDI Y MODALIZACIÓN EN EL CONTEXTO DE LA VIGILANCIA SANITARIA: UN ANÁLISIS DISCURSIVO



10.56238/edimpecto2025.028-010

Carlos Alexandre Molina Noccioli

Pós-doutorado em Ciência da Informação e Comunicação

Instituição: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: carlos.noccioli@ifsuldeminas.edu.br

RESUMO

O presente capítulo analisa a recontextualização do discurso científico sobre a relação entre o vírus da Zika e a microcefalia no portal G1, com foco nos verbos dicendi utilizados para introduzir as vozes de autoridade. A partir da perspectiva da Análise do Discurso e do estudo da divulgação científica, investigam-se os mecanismos linguístico-discursivos que evidenciam graus de certeza, convicção e hesitação. Considera-se a multiplicidade de vozes, a polifonia textual e a relação entre saber e poder, conforme conceitos de Bakhtin (1998) e Foucault (2002), bem como os desafios da transposição do discurso científico para o público leigo (CALSAMIGLIA, 1997; CASSANY & MARTÍ, 1998; CATALDI, 2007, 2009). O estudo contribui para a compreensão de como a linguagem jornalística atua na construção pública do conhecimento científico em contextos de crise sanitária.

Palavras-chave: Divulgação Científica. Verbos Dicendi. Polifonia. Jornalismo. Vírus da Zika. Microcefalia.

ABSTRACT

This chapter analyzes the recontextualization of scientific discourse concerning the relationship between the Zika virus and microcephaly on the G1 news portal, focusing on the dicendi verbs used to introduce authority voices. From the perspective of Discourse Analysis and science communication studies, it investigates the linguistic-discursive mechanisms that indicate degrees of certainty, conviction, and hesitation. The analysis considers the multiplicity of voices, textual polyphony, and the knowledge-power relationship, as proposed by Bakhtin (1998) and Foucault (2002), as well as the challenges of translating scientific discourse for a lay audience (CALSAMIGLIA, 1997; CASSANY & MARTÍ, 1998; CATALDI, 2007, 2009). The study contributes to understanding how journalistic language participates in the public construction of scientific knowledge in contexts of health crises.

Keywords: Science Communication. Dicendi Verbs. Polyphony. Journalism. Zika Virus. Microcephaly.



RESUMEN

El presente capítulo analiza la recontextualización del discurso científico sobre la relación entre el virus del Zika y la microcefalia en el portal G1, centrándose en los verbos dicendi utilizados para introducir las voces de autoridad. Desde la perspectiva del análisis del discurso y el estudio de la divulgación científica, se investigan los mecanismos lingüístico-discursivos que evidencian grados de certeza, convicción y vacilación. Se considera la multiplicidad de voces, la polifonía textual y la relación entre saber y poder, según los conceptos de Bajtín (1998) y Foucault (2002), así como los retos de la transposición del discurso científico al público legos (CALSAMIGLIA, 1997; CASSANY & MARTÍ, 1998; CATALDI, 2007, 2009). El estudio contribuye a la comprensión de cómo el lenguaje periodístico actúa en la construcción pública del conocimiento científico en contextos de crisis sanitaria.

Palabras clave: Divulgación Científica. Verbos Dicendi. Polifonía. Periodismo. Virus del Zika. Microcefalia.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a circulação de informações científicas na esfera pública tem se intensificado de maneira significativa, sobretudo em contextos de crise sanitária, quando a urgência em comunicar descobertas, dados e orientações convive com a fluidez e a provisoriade próprias do conhecimento em construção. A emergência relacionada ao vírus da Zika, declarada em novembro de 2015 e estendida até maio de 2017, constitui um exemplo paradigmático desse cenário. Durante esse período, assistiu-se à rápida disseminação de informações – e também de dúvidas – acerca da possível relação entre o vírus e a ocorrência de microcefalia em recém-nascidos, mobilizando cientistas, autoridades de saúde, jornalistas e o público em geral na necessidade de compreender a dimensão e as implicações do problema.

No contexto da cobertura jornalística, a imprensa assumiu papel estratégico: tornar acessíveis ao grande público as informações provenientes de investigações científicas em andamento, conferindo-lhes inteligibilidade e legitimidade. Nesse processo, os textos jornalísticos não se limitaram a relatar fatos; construíram narrativas que articularam diferentes vozes – de pesquisadores, órgãos de saúde, gestores públicos e representantes de organizações internacionais – apresentando as informações como produto de saberes autorizados, mas também como um campo permeado por incertezas e revisões constantes.

A divulgação científica, como pontua Calsamiglia (1997), é historicamente constituída e depende de meios, canais e protagonistas específicos de cada cultura. No contexto contemporâneo ocidental, a tarefa de popularização da ciência enfrenta obstáculos, sobretudo na transposição do conhecimento técnico e especializado para um público amplo e heterogêneo, pouco familiarizado com o registro científico (Cassany & Martí, 1998). Essa complexidade é exacerbada pela terminologia científica, que exige estratégias de mediação para explicar conceitos de maneira acessível, equilibrando precisão e inteligibilidade. A autora também distingue dois canais de difusão do conhecimento: o institucional, restrito e técnico, e o midiático, aberto e acessível ao público em geral, cuja eficácia depende do interesse e curiosidade dos leitores.

Ao analisar o discurso jornalístico sobre a relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, torna-se relevante recorrer à Análise do Discurso, compreendida como teoria que trata da “palavra em movimento” e das práticas de linguagem (Orlandi, 2013). Esse enfoque permite investigar a produção de sentidos enquanto parte da vida dos sujeitos e de sua inserção social, considerando a materialização da ideologia na linguagem. Nesse sentido, os textos jornalísticos podem ser estudados como produtos do uso linguístico em situações concretas, mediados por intencionalidades específicas. A reformulação de informações científicas para fins de divulgação implica, portanto, em um complexo processo de transposição discursiva, no qual o discurso científico é reinterpretado e adaptado a um

público leigo, permeado por restrições sociais, culturais, econômicas e editoriais (CATALDI, 2007; CALSAMIGLIA & CASSANY, 1999).

A multiplicidade de vozes que intervêm na construção do sentido nos textos jornalísticos evidencia a presença de polifonia, conceito desenvolvido por Bakhtin (1998), em que diferentes discursos competem e interagem, e a dispersão do sujeito, conforme Foucault (2002), que reforça a noção de que a posição de enunciação condiciona o discurso. Assim, o leitor torna-se parte do processo comunicativo, enquanto os jornalistas científicos articulam informações técnicas, filtradas e reinterpretadas para o público em geral, configurando um espaço discursivo marcado tanto pela autoridade quanto pelas negociações epistêmicas.

No âmbito da sociedade contemporânea, Foucault (2002) relaciona saber e poder, destacando que o conhecimento científico, valorizado em função de sua autoridade, configura uma base de poder. Nesse sentido, a divulgação científica não apenas informa, mas também posiciona o público diante de uma “verdade” mediada, influenciada por relações de poder e por interesses institucionais. A emergência do vírus da Zika ilustra esse fenômeno: a ciência torna-se notícia, e o jornalismo atua como mediador entre o domínio científico e o senso comum, enquanto os verbos dicendi empregados nos textos contribuem para sinalizar graus de certeza, convicção ou hesitação, reforçando o caráter performativo da linguagem jornalística no tratamento de crises sanitárias.

O presente capítulo, portanto, propõe examinar como o portal G1 recontextualizou o discurso científico sobre a relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, com atenção especial aos verbos dicendi empregados para introduzir as vozes de autoridade. O objetivo é compreender como tais escolhas lexicais operam na construção discursiva da crise, evidenciando tensões entre a urgência informativa e a provisória elaboração do conhecimento científico, e refletir sobre o papel do jornalismo como mediador e produtor de sentidos em situações de relevância coletiva.

2 O PAPEL DOS VERBOS NA CONDUÇÃO DOS ARGUMENTOS DE AUTORIDADE

Marcuschi (1991) apresenta um estudo, que aqui nos calha bem, relacionado ao processo de divulgação de informações pela imprensa, tendo como foco a atuação seletiva dos verbos sobre os conteúdos direcionados por eles. A discussão fundamental do autor reside sobre a intencionalidade interpretativa que constitui um quadro ideológico, marcante da prática jornalística. Ou seja, existe uma performance analítica e interpretativa em torno da informação veiculada.

Nessa perspectiva, a reprodução de opiniões não se resume a uma mera exposição neutra de informações. Ao contrário, “a parcialidade se dá na introdução do discurso alheio, seja como interpretação, seleção ou avaliação” (MARCUSCHI, 1991, p. 75). O redator, então, é uma espécie de “filtro” dos discursos, atuando concomitantemente como receptor e emissor de informações:

toda informação é fruto de uma certa **compreensão** do fenômeno apresentado. E esta compreensão funda-se nas estruturas sócio-político-culturais daquele que informa, seja ele um indivíduo, o jornalista, ou uma entidade, a agência noticiosa ou linha editorial do órgão jornalístico. (MARCUSCHI, 1991, p. 75, grifo do autor)

Assim sendo, exhibir, apresentar, citar, enfim, trazer à tona o discurso de alguém, implica, para além de oferecer informações, tomar uma posição diante desse discurso. Nesse caso, os verbos introdutores de opiniões marcam, por meio da materialidade linguística, os caminhos dos relatos de opinião. São eles, os verbos, importantes introdutores de opinião quando da utilização de discursos reportados. Claro, não só verbos conduzem a inserção do mediador na construção de efeitos discursivos. Mas são eles peças muito produtivas nessa condução.

Inventariando, então, de maneira mais ampla, não sob um domínio exaustivamente técnico, as formas linguísticas mais frequentemente encontradas em seu estudo, Marcuschi (1991) parte de três grupos iniciais para apresentar tais modalidades. Seriam elas os verbos¹ propriamente aqui apontados, os quais antecipam o caráter da opinião a ser relatada; as nominalizações, inclusive resultadas a partir de verbos, que, mais categoricamente que estes, direcionam o conhecimento da opinião; e as construções adverbiais, que introduzem de forma literal ou parafraseada o discurso relatado.

Ainda neste amplo cenário, em que se possa considerar essencialmente o contexto de produção dos discursos, Marcuschi (1991) assinala o que ele avalia como “interpretação” de opiniões trazidas por jornalistas na divulgação de informações. Especialmente, o autor aponta para a semântica dos verbos que introduzem opiniões, manifestadamente, por meio de uma atividade inserida num contexto de enunciação. Desse prisma, três aspectos merecem destaque: a interpretação explícita, atrelada a, por exemplo, um comentário do redator; a interpretação implícita, dada à seleção dos verbos introdutores de opinião, ou expressões análogas; e a interpretação pela seleção, uma vez que selecionar partes de dado discurso já se configura como um tipo de interpretação.

Feito esse esclarecimento acerca da noção de “interpretação”, Marcuschi abaliza sua análise dos verbos, a considerar dois tipos específicos de discurso: o do Poder e o de populares. Para o primeiro, promove-se a subdivisão entre discurso oficial, do governo, em seus três poderes constituídos²; discurso para-oficial; e discurso da oposição, no sentido ideológico-partidário do termo. Ao segundo tipo, atribui-se um caráter estigmatizado, policialesco, reduzido a verbos a partir dos quais se conduzem relatos de pessoas “anonimamente lembradas”.

Posto isso, faz-se relevante enfatizar da sugestão trazida por Marcuschi a hipótese em torno da ação dos tais verbos introdutores de opinião, seja ela hierarquizar, reforçar, discriminar, classificar,

¹ Sendo a paráfrase o recurso mais recorrente na reprodução de opiniões, Marcuschi denomina os verbos como verdadeiros “parafraseadores sintéticos”, já que são capazes de resumir “em uma só palavra o sentido geral do discurso a relatar” (1991, p. 77).

² Além desses poderes, Marcuschi (1991) considera ainda que esta definição deva contemplar a opinião dos militares, dadas as circunstâncias históricas do Brasil.

enfim, atribuir de alguma forma julgamentos aos autores cujas opiniões são relatadas no texto jornalístico. Como proposta classificatória, embora seja mesmo uma proposta mais para mostrar a função no texto exercida pelos verbos³ ao estruturarem certa argumentação do que catalogar de modo extenuante um repositório linguístico, Marcuschi distingue algumas classes de funções atribuíveis a eles:

- (I) **Verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas:**
“declarar”, “afirmar”, “comunicar”, “anunciar”, “informar”, “confirmar”, “assegurar”
- (II) **Verbos indicadores de força do argumento:**
“frisar”, “ressaltar”, “sublinhar”, “acentuar”, “ênfatizar”, “destacar”, “garantir”
- (III) **Verbos indicadores de emocionalidade circunstancial:**
“desabafar”, “gritar”, “vociferar”, “esbravejar”, “apelar”, “ironizar”
- (IV) **Verbos indicadores de provisoriedade do argumento:**
“achar”, “julgar”, “acreditar”, “pensar”, “imaginar”
- (V) **Verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso:**
“iniciar”, “prosseguir”, “introduzir”, “concluir”, “inferir”, “acrescentar”, “continuar”, “finalizar”, “explicar”
- (VI) **Verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos:**
“comentar”, “reiterar”, “reafirmar”, “negar”, “discordar”, “temer”, “admitir”, “apartear”, “revidar”, “retrucar”, “responder”, “indagar”, “defender”, “reconhecer”, “reconsiderar”, “reagir”
- (VII) **Verbos interpretativos do caráter ilocutivo do discurso referido:**
“aconselhar”, “criticar”, “advertir”, “enaltecer”, “elogiar”, “prometer”, “condenar”, “censurar”, “desaprovar”, “incentivar”, “sugerir”, “exortar”, “admoestar” (Marcuschi, 1991, p. 89)

Essa proposta, inscrita num quadro pragmático-argumentativo, está, segundo o autor, sustentada em uma função lógico-organizadora praticada pelos verbos de relato de discurso. Seriam, portanto, os verbos, figuras organizadoras na construção de argumentos do produtor de textos ao se utilizar dos discursos alheios.

A classificação, finalmente, mostra-se eficiente na estruturação de um processo organizacional realizado mediante um texto constituído a partir de outro, ou seja, do relato à apreciação, podendo, por isso mesmo, não ser dada como justa, ou fidedigna à opinião essencial do autor. Assim é que Marcuschi assinala que as escolhas lexicais feitas por um jornalista não representam meras escolhas estilísticas, mas configuram-se, para além, poderosos instrumentos de ação.

Divulgar conhecimento científico, portanto, exige um esquadramento atento a profusos aspectos tanto discursivos quanto linguísticos. Recursos esses que procuram não só oferecer certa compreensão ou acessibilidade do texto divulgativo, mas também a formar e persuadir o público.

³ Marcuschi chama atenção para alguns verbos, como o “dizer” que não figuram na tal classificação, justamente pelo caráter “coringa”; embora exerça funções típicas a depender do contexto e dos tipos de discurso, é “uma espécie de vale tudo, pois aparece em todas as funções e não tem alguma específica” (Marcuschi, 1991, p. 90).

3 VERBOS DICENDI NO CONTEXTO DE VIGILÂNCIA

Frente aos discursos relatados nas notícias do portal *GI*, podemos ponderar acerca das acepções de introdutores de opinião utilizados pelos jornalistas. Em especial, estamos a tratar aqui dos verbos dicendi, numa tentativa de contrastar seus sentidos envolvidos e implicados em cada uma das enunciações recortadas. Em comum, os verbos apontados nesta seção exibem-se em enunciados, por meio de um matiz de significados com sentidos bem próximos. Esses sentidos deslizam entre as acepções que vão desde o aconselhamento, a orientação, a sugestão, até a solicitação.

O verbo **orientar** – dos verbos destacados por nós no *corpus*, é o mais associado a noções como “guiar”, “indicar um rumo”, ou ainda, “oferecer dicas e incentivos” e “inteirar alguém sobre um assunto, apresentando-lhe direções” – ocorre, de forma explícita, nos seguintes enunciados:

(1) O Ministério da Saúde **orienta** que grávidas ou mulheres que pretendem engravidar tenham “cuidado redobrado” para evitar infecções virais. (NOV-15-02)

(2) Para evitar o contágio, a Secretaria de Saúde **orienta** sobre os cuidados com o mosquito *Aedes aegypti*, vetor do vírus. As gestantes devem fazer uso de repelente tópico, considerando a relação causal entre o Zika vírus e os casos de microcefalia relacionada ao vírus Zika diagnosticados no país. (JUL-16-46)

Em (1), **orientar** indica que a finalidade do discurso na notícia reportado seria a de “aconselhar”, ou “instruir” às grávidas para que elas “tenham ‘cuidado’”, evitando, assim, infecções pelo vírus. Essa mesma acepção de autoridade orientadora pode ser percebida em (2), em que há uma espécie de “aconselhamento”, ou “instrução” às gestantes para que o repelente seja usado por elas. Além disso, neste mesmo enunciado, **orientar** pode abarcar o sentido de “ensinar”, “ensinar como se cuidar”, enfim, como as gestantes poderiam cuidar de si mesmas, frente ao vetor do vírus: “Para evitar o contágio [...] As gestantes devem fazer uso de repelente tópico”. Dado que “ensinar” é uma forma de transmissão de saber e que o saber, numa implicação mútua que há entre saber e poder, é algo político, o Estado se apropria do saber, a fim de utilizá-lo como instrumento para instruir, disciplinar a população.

Em (15), a nominalização, resultada a partir do verbo **orientar**, abrange, pelo contexto, além dessas acepções comuns aos outros dois enunciados, o sentido de “fazer um encaminhamento”, “direcionar”, “nortear” a população para quando houver sintomas específicos da doença:

(3) A **orientação** da Semsa [Secretaria Municipal de Saúde de Manaus] é que a população procure as unidades de saúde do município em caso do aparecimento de sintomas, que incluem febre, dor nas articulações e músculos, além de conjuntivite e manchas vermelhas na pele. (DEZ-15-06)

Mais uma vez, patenteia-se a função do Estado como “mentor”, estabelecendo-se o poder, neste contexto, por meio das relações sociais articuladas entre Secretaria Municipal de Saúde,

profissionais da saúde e população. Ou seja, o poder constitui-se pelo conjunto de relações as quais frutificam as assimetrias, sustentando a autoridade conferida ao Estado e, em sucessão, aos profissionais de saúde.

Quanto ao verbo **pedir**, identificado nos enunciados (4) e (5), seu sentido é percebido a partir de nuances tais como “solicitar” e “incentivar”:

(4) Neste momento, o ministério **pede** que as grávidas não usem medicamentos não prescritos por profissionais de saúde e que façam um pré-natal qualificado e todos os exames previstos. Recomenda, ainda, que elas relatem aos profissionais de saúde qualquer alteração que perceberem durante a gestação. (DEZ-15-05)

(5) Os especialistas **pedem**, porém, aos ginecologistas, que realizem tomografias cerebrais nos fetos expostos ao zika e que façam acompanhamento médico do seu desenvolvimento nos meses posteriores ao nascimento. Os autores do trabalho são de 17 instituições brasileiras e americanas. (NOV-16-57)

No discurso enunciado em (4), a autoridade “solicita” que grávidas não usem medicamento e “incentiva” que “façam um pré-natal qualificado e todos os exames previstos”. Vale destacar que essa adjetivação atribuída ao nome pré-natal pode sugerir a inferência de que o exame a ser feito seja um exame com algum tipo de qualificação especial, ou ainda, que seja feito um exame ao qual se atribua, de alguma forma, uma boa qualidade e reputação. Reputação essa no sentido de dominar um saber, com dado poder conferido para o fazer. E sob o domínio dos especialistas, é forçoso que o poder se faça competente.

Para esta circunstância, designadamente a de um pedido para que se realize um pré-natal qualificado, mais que uma “solicitação”, estaríamos mesmo diante de um caso de “incentivo”. Todavia, em especial, um incentivo de ânimo, ânimo para que as grávidas façam o que forem capazes de fazer. Trato aqui como “incentivo de ânimo”, já que, nesses termos de qualificação, um exame de qualidade poderia não estar acessível a todas. Daí se concluir que o “pedido” do Ministério da Saúde estaria definitivamente mais para um “incentivo”, um encorajamento, do que para, por exemplo, um auxílio financeiro. A vigilância do órgão do Estado situa-se sobre aquilo que se pode fazer.

No enunciado (5), além de “solicitar” e “incentivar”, o contexto permite a acepção de “cobrar”, cobrar dos médicos, ou, para mais, “impelir”, “encarregar”, “incumbir”, enfim, “delegar” a eles a tarefa de realizar tomografias cerebrais nos fetos expostos ao Zika e de acompanhar os bebês nos meses posteriores ao nascimento. Deparamo-nos, neste caso, com um “pedido” de autoridade, que pode levar os profissionais da saúde a proceder de uma nova forma predeterminada. Designadamente, essa voz de autoridade está representada pelos especialistas que realizaram o estudo publicado nos Centros de Controle e Prevenção das Doenças dos Estados Unidos, em outras palavras, constitui-se um argumento de autoridade dotado de atributos específicos bem marcados: especialistas, cujo trabalho fora publicado em centros internacionais.

Vale evidenciarmos, por meio desses discursos, a dissipação que há no poder. Não está o poder nos médicos, nos profissionais da saúde, nos especialistas, mas sim nas relações sociais que se estabelecem entre eles, o que nos permite aqui compreender o significado de ações sobre ações. Em outras palavras, em uma relação flutuante e em cadeia, (i) os especialistas impelem (ii) os profissionais da saúde a determinado procedimento sobre (iii) as mulheres grávidas.

Nos enunciados (4), (6) e (7), o verbo introdutor do discurso das autoridades é **recomendar**. Em (4), na esteira de um “pedido”, o ministério “recomenda” às grávidas que venham a apresentar alguma alteração em sua gestação relatarem-na a profissionais da saúde:

(4) Neste momento, o ministério pede que as grávidas não usem medicamentos não prescritos por profissionais de saúde e que façam um pré-natal qualificado e todos os exames previstos. **Recomenda, ainda**, que elas relatem aos profissionais de saúde qualquer alteração que perceberem durante a gestação. (DEZ-15-05)

Recomendação essa na esteira de um pedido, uma vez que o operador discursivo “ainda” mantém o discurso reportado do Ministério da Saúde no mesmo sentido do argumento anterior: (2) “[...] o ministério **pede**” [...] / “[o ministério] **Recomenda, ainda** [...]”.

Ou seja, podemos identificar, neste caso, mais marcadamente o traço semântico de “pedido” no matiz de acepções de “recomendar”, dada a presença do advérbio modalizador, que mantém, no referido discurso reportado, os significados dos verbos introdutores em uma contínua relação de sentidos. Interessa destacar que há, deste modo, uma espécie de performance analítica e interpretativa em torno da informação veiculada por parte do jornalista que a reportou. Dito de outra forma, é importante considerar dos discursos reportados a presença dos jornalistas que os divulgam nas notícias.

Levando em conta essa associação entre **pedir** e **recomendar** em (14), identificamos a utilização do verbo **recomendar**, mais especificamente marcado nos enunciados (6) e (7):

(6) A França **recomendou** nesta quinta que as mulheres grávidas não viajem aos territórios franceses da Guiana e Antilhas, onde há a presença do zika vírus. (JAN-16-09)

(7) Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) **recomendam** atualmente que os homens infectados pelo zika não tenham relações sexuais sem proteção durante seis meses. (JUL-16-43)

Tal verbo imprime desde uma recomendação do governo francês para que as mulheres não viajem – ou seja, a França faz uma recomendação, cujo matiz de sentidos pode se estender a um “aconselhamento”, uma “solicitação”, uma “orientação”, uma “indicação”, uma “sugestão”, enfim, a um “pedido” às mulheres grávidas para que não viajem aos territórios franceses da Guiana e Antilhas –, até o posicionamento dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, os quais recomendam – ou na mesma proporção matizada, “aconselham”, “indicam”, “sugerem”,

“propõem”, “prescrevem”, “pedem”, “solicitam” – que os homens cujas parceiras estiverem grávidas utilizem preservativos durante a gestação. É declarada, nesses termos, a utilidade que há, para o Estado, no controle sobre os desígnios comportamentais da população.

Em (8), o apontamento do jornalista volta-se a uma espécie de informe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio do verbo **informar**:

(8) O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome **informou** nesta quarta-feira (27) que mães de crianças diagnosticadas com microcefalia podem se inscrever no Benefício de Prestação Continuada (BPC). (JAN-16-08)

O enunciado (8) reporta que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome **informou** – com possibilidades de inferência tais como “comunicou”, “anunciou”, “noticiou” – que mães de crianças diagnosticadas com microcefalia poderiam se inscrever no Benefício de Prestação Continuada. As mães foram, portanto, “avisadas”, “inteiradas”, “esclarecidas”, “instruídas”, ou “orientadas” acerca da oportunidade da inscrição. Nota-se, neste caso, que o interlocutor se depara com o discurso da oportunidade, ou seja, um discurso sobre oportunizar a inscrição em um benefício oferecido pelo Estado. Por isso, o verbo introdutor de opinião parece estar mais associado a um aconselhamento, que, por exemplo, a uma solicitação ou a uma imposição. Ao público é apresentada uma oportunidade de inscrição em um benefício, não uma solicitação de ação compulsória qualquer que visasse atenuar números em torno da microcefalia no país.

Particularmente a partir da utilização do verbo **aconselhar**, no enunciado (9), acepções tais como “indicar”, “alvitrar”, “preconizar”, “prescrever”, “propor”, “recomendar”, “sugerir” compõem o matiz de sentidos do “aconselhamento” direcionado aos homens cujas parceiras estiverem grávidas:

(9) Para os homens cujas parceiras estejam grávidas, os CDC **aconselham** utilizar preservativos durante toda a gestação. (JUL-16-43)

Em (9), portanto, indica-se, alvitra-se, preconiza-se, prescreve-se, propõe-se, recomenda-se, sugere-se, enfim, aconselha-se a utilização de preservativos.

Nota-se que o verbo introdutor **aconselhar**, utilizado em sua própria forma em (9) não se fez explícito em outros enunciados, mas o discurso em torno da ideia de gerir a população ainda se mantém semelhante aos outros todos reportados.

De forma geral, os verbos introdutores examinados nesses enunciados são verbos que apresentam, de fato, fronteiras próximas uns dos outros, se bem que não existem sinônimos perfeitos, daí se optar por uma palavra e não outra em determinado contexto. De todo modo, tais dicendi exibem discursos significativos das autoridades institucionais diante do estado de Emergência em Saúde Pública.

Numa pegada mais pragmática da nossa discussão, apontamos aqui para aspectos específicos das construções verbais na modalização frequente nos enunciados assinalados. Tais discursos patentes nas vozes institucionais podem ser reconhecidos como atos diretivos, em razão de expressarem atos ilocutórios cujo objetivo é obter, por meio de seus enunciados, a execução de uma determinada ação ou atividade por parte do interlocutor. Esses atos diretivos são identificados nos enunciados a partir da combinação dos valores semânticos carregados pelos introdutores de opinião – já identificados como uma “orientação” (1), (2) e (3); um “pedido” (4) e (5); uma “recomendação” (4), (6) e (7); uma “informação” (8); e um “conselho” (9) – com as construções verbais subsequentes a eles, o que possibilita uma força ilocucionária diretiva.

Nos enunciados destacados, evidenciamos a manifestação das intenções e de certa atitude frente aos enunciados, por parte das autoridades institucionais, que têm por efeito de sentido atos ilocucionários de modalização. Nessa expectativa, os atos são atualizados por operadores modais através de basicamente dois tipos de lexicalização das modalidades encontrados: (i) os modos e os tempos verbais e (ii) as formas verbais perifrásticas com auxiliares modais.

Para o primeiro tipo, vale dizer que as acepções ajustáveis ao modo imperativo não são expressas tão-somente sob a forma imperativa gramatical, mas sob outras construções modo-temporais. É sabido que, a título de ilustração, para a terceira pessoa – a que se alinha ao discurso reportado –, o imperativo pode ser formado pelo presente do subjuntivo, o que torna possível construções como, particularmente, as identificadas na maioria dos enunciados nesta seção examinados. Os discursos em (13), (15), (16), (17), (18) e (19) podem ser inferidos de maneira análoga ao modo imperativo:

Tabela 1

(1) O Ministério da Saúde orienta que grávidas [...] tenham “cuidado redobrado” [...]. (NOV-15-02)	que tenham cuidado
(3) A orientação da Semsa é que a população procure as unidades de saúde [...]. (DEZ-15-06)	que procure
(4) [...] o ministério pede que as grávidas não usem medicamentos não prescritos [...] e que façam um pré-natal qualificado [...] (DEZ-15-05)	que não usem que façam
(5) Os especialistas pedem [...] que realizem tomografias cerebrais nos fetos expostos ao zika e que façam acompanhamento médico do seu desenvolvimento [...]. (NOV-16-57)	que realizem que façam
(6) A França recomendou [...] que as mulheres grávidas não viajem [...]. (JAN-16-09)	que não viajem
(7) Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) recomendam atualmente que [...] não tenham relações sexuais sem proteção durante seis meses. (JUL-16-43)	que não tenham

Fonte: o autor

A partir desses enunciados focalizados, podemos fazer a seguinte leitura imperativa: “tenham cuidado”, em (1); “procure as unidades de saúde”, em (3); “não usem medicamentos não prescritos” e “façam um pré-natal qualificado”, em (4); “realizem tomografias” e “façam acompanhamento”, em (5); “não viajem”, em (6); e “não tenham relações sexuais”, em (7). Vale dizer, todas essas construções equivalentes ao imperativo são articuladas com os verbos introdutórios, o que modaliza tal aceção impositiva, atenuando cargas semânticas como o autoritarismo, a arrogância, a prepotência. Nesse sentido, os enunciados apresentam discursos que resvalam desde a expressão de orientação, como em (1) e (3), passando em (4) e (5) pela expressão de pedido, até, em (6) e (7), a de recomendação.

Vale destacar, em (1), a utilização de uma construção com verbo-suporte, por meio da qual o “ter” não é utilizado em seu valor pleno, funcionando como auxiliar de um sintagma nominal, designadamente, “cuidado redobrado”. A força semântica está concentrada no substantivo, não no verbo. Ademais, a tônica alarmista se extravasa ao ultrapassar os limites da expressão cristalizada “tomar cuidado”, ao se marcar com o modificador “redobrado” o nome na constituição do sintagma.

No seguimento das reflexões em torno dos sintagmas verbais, assinalamos que, além do presente do subjuntivo – importa fazer aqui essa distinção com o tempo e o modo dos enunciados anteriores – outra forma supletiva do imperativo pode ser identificada. Em especial, a forma nominal infinitiva do verbo, a qual não se define como tempo ou modo verbal. Em (9), o imperativo é suprimido, tendo o enunciado a forma verbal infinitiva como construção alternativa:

(9) [...] os CDC aconselham **utilizar** preservativos durante toda a gestação (JUL-16-43).

Nesse enunciado, o ato ilocucionário é equivalente a algo como: “utilizem preservativos”. O argumento, no entanto, aponta na direção de um conselho. Da construção articulada entre o verbo introdutor e o infinitivo com valor diretivo é que se tem tal efeito de sentido. Notoriamente, há uma diferença significativa entre “aconselhar alguém a utilizar” e uma ordem direta: “utilizem”. No primeiro caso, o imperativo está expressamente marcado como um conselho.

Para além da lexicalização das modalidades por meio de modos e tempos verbais, ou melhor, para além das construções meramente supletivas ao imperativo, identificamos, a partir de modos distintos do imperativo gramatical, o ato ilocutório diretivo realizado sob formas verbais perifrásticas, com a utilização de auxiliares modais, o que pode ser visualizado nos enunciados (14) e (20):

Tabela 2

(2) As gestantes devem fazer uso de repelente tópico [...]. (JUL-16-46)	devem fazer
(8) O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informou [...] que mães de crianças diagnosticadas com microcefalia podem se inscrever [...]. (JAN-16-08)	podem se inscrever

Fonte: o autor

Esses discursos permitem a realização de uma inferência corresponde ao imperativo. Ou seja, em (2), “devem fazer uso de repelente” pode ser percebido como “usem repelente”, e, em (8), “podem se inscrever” como “inscrevam-se”. Referimo-nos aqui a uma maneira “correspondente”, mas não se trata, evidentemente, de uma correspondência exata. Longe disso, tais construções modalizadas possibilitam que se marquem particularmente nuances mais abrangentes de um imperativo gramatical. Em outras palavras, “podem se inscrever” é bem distinto de “inscrevam-se”, assim como “devem fazer” é distinto de “façam”. Ademais, de outra forma, “podem se inscrever” e “devem fazer” também exibem atos diretivos distintos um do outro.

Os verbos em perífrase constituem uma unidade semântica que corresponde a valores modais não presentes no verbo principal, no sentido de se obter informações suplementares em relação à ação. O auxiliar modal “devem”, em “devem fazer”, pelo contexto discursivo, permite a inferência de uma necessidade, de um dever: aquilo que não se pode dispensar; de precisão urgente; ou, ainda, obrigatoriedade. Já em “podem se inscrever”, a construção lexical da modalidade aponta para uma possibilidade, uma permissão, ou ainda, uma oportunidade. Isso decorre dado ao valor semântico do verbo auxiliar “poder” que modaliza o verbo principal “inscrever”.

Ao se considerar de modo global as estruturas linguísticas modais dos enunciados aqui examinados, podemos destacar orientações centrais dos argumentos, sejam elas: o necessário, o dever e o possível. Nesse jogo argumentativo, através do qual as autoridades se posicionam, as modalidades constituem-se parte da atividade ilocucionária. Podemos inferir, a partir de enunciados reportados pelos jornalistas nas notícias, questões relacionadas à atitude da autoridade na sua relação com o público. Na generalidade, destacamos dos discursos de autoridades conteúdos proposicionais e forças ilocucionárias estruturadas e orientadas argumentativamente no sentido de pedir, recomendar, informar, aconselhar o interlocutor e não rigorosamente ordenar, disciplinar, doutrinar ou coagir, por exemplo. Nesse sentido, as modalidades se prestam a suavizar possíveis efeitos mais austeros dos atos diretivos.

Vale dizer ainda que as modalidades e seus valores identificados nos enunciados fluem em via de mão dupla entre locutor e interlocutor no processo argumentativo. Através da modalização do discurso, as instituições manifestam sua atitude perante dada crise de saúde pública. O poder conferido às autoridades, então, é um exercício em conexão, ou seja, a prática de poder atravessa sujeitos e instituições: a população, os profissionais da saúde, o Estado... Dessa forma, a modalização só se faz presente nos discursos das autoridades, tendo vista o interlocutor dos enunciados.

4 SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Por fim, podemos dizer que a análise dos **verbos dicendi** em enunciados jornalísticos publicados no portal G1, no contexto da vigilância em saúde pública durante a emergência provocada

pela circulação do vírus Zika e o aumento de casos de microcefalia no Brasil, traz-nos importantes reflexões discursivas. A escolha por este recorte analítico pautou-se na relevância que os verbos introdutores de discurso assumem na configuração das relações entre **autoridade, conhecimento científico e população**, permitindo compreender de que modo o discurso das instituições se apresenta como orientador, solicitante ou recomendativo, modulando comportamentos e práticas sociais.

A emergência do Zika vírus desencadeou, em diferentes esferas institucionais, a necessidade de **comunicar informações complexas sobre riscos à saúde**, instruindo a população sobre medidas preventivas e protocolos de cuidado. Nesse cenário, o jornalismo de divulgação científica assume um papel estratégico ao veicular **discursos de autoridade**, selecionando, interpretando e adaptando enunciados de especialistas e órgãos oficiais para um público não especializado. Os verbos dicendi, nesse contexto, tornam-se instrumentos fundamentais de mediação entre a ciência e a experiência cotidiana, funcionando como operadores que articulam **atos ilocucionários diretivos**, capazes de orientar, aconselhar, recomendar ou informar, sem recorrer à imposição direta.

A análise detalhada dos enunciados permite observar que verbos como **orientar, pedir, recomendar, informar e aconselhar** carregam matizes semânticos distintos, mas relacionados, evidenciando a pluralidade de funções discursivas que se estabelecem na interseção entre **autoridade institucional e população**. Por meio desses verbos, os jornalistas reproduzem e modalizam discursos especializados, criando efeitos de sentido que oscilam entre **aconselhamento, solicitação, incentivo e orientação**, configurando um espaço argumentativo que revela as relações de poder subjacentes à circulação do conhecimento científico.

Além disso, os verbos dicendi permitem identificar como a linguagem jornalística constrói e apresenta a **autoridade científica e institucional**, sobretudo na forma de atos diretivos que, ao invés de se restringirem a ordens, empregam estratégias discursivas de persuasão e orientação. Essa abordagem remete aos estudos de Marcuschi (1991), que destaca a relevância dos verbos introdutores de opinião na mediação entre discursos alheios e o leitor, apontando como a seleção lexical e a semântica dos verbos estruturam interpretações, hierarquizam informações e estabelecem relações de poder no campo discursivo jornalístico.

Dessa forma, podemos considerar **os sentidos e implicações dos verbos dicendi** em enunciados sobre Zika e microcefalia, não apenas como conteúdo informativo transmitido, mas também como efeitos pragmático-discursivos produzidos pelas escolhas lexicais e estruturais das autoridades. Ao examinar a função diretiva desses verbos, pretende-se evidenciar como o poder e a autoridade se manifestam nos discursos de vigilância em saúde pública, articulando ciência, mídia e população em um complexo jogo de influência, orientação e responsabilização social.



REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Questões de literatura e de estética. A teoria do romance. São Paulo: Hucitec: UNESP, 1998.
- CALSAMIGLIA, H. Divulgar: itinerarios discursivos del saber: una necesidad, un problema, un hecho. Quark, Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 7, p. 9-18, 1997.
- CALSAMIGLIA, H.; CASSANY, D. Voces y conceptos en la divulgación científica. Revista Argentina de Lingüística, Argentina, v. 11-15, p. 173-208, 1999.
- CASSANY, D.; MARTÍ, J. Estrategias divulgativas del concepto prión. Quark, Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 12, p. 56-66, 1998.
- CATALDI, C. A divulgação da ciência na mídia: um enfoque discursivo. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. Gênero discursivo, mídia e identidade. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007, p. 155-164.
- FOUCAULT, M. A Verdade e as Formas Jurídicas. 3.ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2002.
- MARCUSCHI, L. A. A ação dos verbos introdutórios de opinião. Intercom. Rev. Bras. de Com., São Paulo, ano XIV, n. 64, p. 74-92, jan.-jun. 1991.
- NOCCIOLI, C. A. M. Vírus da Zika e microcefalia: discursos de autoridades na mídia brasileira online. 338 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2020.
- NOCCIOLI, C. A. M. Surto e epidemia: discursos de autoridades na mídia brasileira. Campinas. Pontes, 2022.
- ORLANDI, E. P. Análise do Discurso: princípios e procedimentos. 11 ed. Campinas. Pontes, 2013.